

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Especialização em Elaboração, Gestão e Avaliação
de Projetos Sociais em áreas urbanas

Mariana Mattos de Araujo

Os Bancos Comunitários como
instrumento de desenvolvimento territorial

Belo Horizonte
2011

Mariana Mattos de Araujo

**Os Bancos Comunitários como
instrumento de desenvolvimento territorial**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Elaboração, Gestão e Avaliação de Projetos Sociais em Áreas Urbanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista

Orientador: Prof. Alexandre Queiroz Guimarães

Belo Horizonte

2011

301	Araújo, Mariana Mattos de.
A663b	Os bancos comunitários como instrumento de desenvolvimento territorial [recurso eletrônico] / Mariana Araújo. - 2011.
2011	1 recurso online (51 f.) : pdf Orientador: Alexandre Queiroz Guimarães.
	Monografia apresentada ao curso de Especialização em Elaboração, Gestão e Avaliação de Projetos Sociais em Áreas Urbanas - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Inclui bibliografia.
	1. Bancos comunitários. 2. Moeda. 3. Inclusão social. I. Guimarães, Alexandre Queiroz. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

ATA

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
ESPECIALIZAÇÃO EM ELABORAÇÃO, GESTÃO E AVALIAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS EM ÁREAS URBANAS
MARIANA MATTOS DE ARAUJO

Aos três dias do mês de agosto de dois mil e onze, foi realizada a defesa de monografia do Curso de Especialização em Elaboração, Gestão e Avaliação de Projetos Sociais em Áreas Urbanas, de MARIANA MATTOS DE ARAUJO, comissão examinadora composta pelas docentes Dr. Alexandre Queiroz Guimarães - orientador e Danielle Cireno Fernandes, monografia intitulada "Os Bancos Comunitários como Instrumentos de Desenvolvimento Territorial". Procedeu-se a arguição, finda a qual por unanimidade foi aprovada a monografia, conceito A.

Profa. Ana Marcela Ardila Pinto
Coordenadora do Curso de Especialização em Projetos Sociais: Formulação e Monitoramento



Documento assinado eletronicamente por **Ana Marcela Ardila Pinto, Coordenador(a)**, em 22/04/2024, às 16:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3198925** e o código CRC **CCBBEFF9**.

À Maria Amália Magalhães e às mulheres do Grupo Boas Mãos, por tantos aprendizados e inspiração.

AGRADECIMENTOS

Ao Instituto Acesso, lugar em que pude aplicar na prática a Elaboração, Gestão e Avaliação de Projetos Sociais no conjunto habitacional Granja de Freitas, na regional Leste de Belo Horizonte, durante meu trabalho como coordenadora do programa de microcrédito e coordenadora geral.

Agradeço a esta organização por ter me mostrado que com poucos recursos é possível gerar grandes impactos socio econômicos relevantes e contribuir para o desenvolvimento local. Através de um crédito rotativo de apenas R\$2.000,00, pudemos apoiar ao longo de 5 anos, 60 iniciativas de mulheres empreendedoras, além de oferecer capacitação em diversas técnicas de gestão e acompanhamento individual e coletivo na gestão de seus empreendimentos.

A Maria Amalia Magalhães Fagundes, fundadora e diretora do Instituto Acesso, mulher a quem devo minha motivação por estar neste caminho de estudo e dedicação ao Terceiro Setor. Agradeço pelo exemplo de vida, pelo compromisso e disponibilidade em ensinar, liderar e contribuir para a transformação social. Com pouco recurso, mas estratégia e sabedoria, grandes impactos positivos podem ser gerados.

A Ilza, D. Maria, Regina, Paula, D. Lourdes, Therezinha, empreendedoras do Granja de Freitas que me ensinaram sobre o poder da colaboração e da tecedura de uma rede comunitária. Agradeço pela generosidade, amizade e pelo tanto que me ensinaram sobre a vida.

Ao professor e economista Muhammad Yunus, pioneiro em criar programas de microcrédito alternativos ao sistema bancário tradicional, com foco em comunidades de extrema pobreza. Agradeço pela sua audácia de ir além do universo teórico econômico e buscar soluções práticas através de novas formas simplificadas de acesso ao crédito. Através da criação do Banco Grammen, - que significa literalmente Banco da Aldeia, na década de 80, gerou mudanças sociais e econômicas radicais e influenciou a criação de novas modalidades de sistemas bancários comunitários. Sua experiência foi a inspiração necessária a fundação de tantas iniciativas como o próprio Instituto Acesso e tantas outras no mundo.

Ao professor Alexandre Queiroz Guimarães, pela dedicação, disponibilidade e paciência em orientar a execução desde trabalho.

A minha mãe pelo apoio ao longo de toda a construção deste trabalho, pela generosidade em revisá-lo, pelo entusiasmo em minhas conquistas, pela motivação nos

dias de desânimo e dúvida.

Ao meu pai pelo apoio e incentivo na minha jornada acadêmica e crescimento profissional, pela disponibilidade em questionar e incentivar a construção do pensamento crítico e assertivo.

A cada colega do Curso de Elaboração, Gestão e Avaliação de Projetos Sociais em Áreas Urbanas por compartilharem suas experiências práticas de trabalho social, contribuindo para a compreensão da aplicação de todo o rico aprendizado.

A cada professor que se dedicou a ampliar nossa visão e perspectiva sobre as políticas públicas e projetos sociais, nos capacitando como profissionais mais preparados para questionar e endereçar questões tão relevantes na sociedade.

“Se você seguir a mesma estrada, você sempre chegará ao mesmo destino. Se quiser chegar a outro lugar, você tem que construir novas estradas” (YUNUS, 2007)

RESUMO

Este estudo teve como objetivo apresentar os Bancos Comunitários, como um importante instrumento de desenvolvimento territorial em expansão no país. Buscou-se com este trabalho traçar um panorama dos Bancos Comunitários no Brasil através da contextualização do surgimento das organizações de Finanças Solidárias no Brasil; da apresentação das características e serviços sociais e financeiros oferecidos por estas organizações, com atenção especial às linhas de crédito para produção e consumo e às moedas sociais; da análise da experiência pioneira do Banco Palmas e do importante papel do Instituto Palmas e da Rede Brasileira dos Bancos Comunitários no desenvolvimento dos Bancos Comunitários; do mapeamento dos Bancos Comunitários atuantes nos diversos estados brasileiros; da apresentação das principais parcerias públicas e privadas e suas formas de atuação, concluindo com o levantamento dos principais desafios enfrentados atualmente no desenvolvimento das ações pelos Bancos Comunitários no Brasil. Assim, a tecnologia social de Bancos Comunitários foi apontada como importante vetor na redução das desigualdades sociais e na promoção da inclusão social e emancipação cidadã.

Palavras-chave: bancos comunitários; finanças solidárias; inclusão social; moeda social.

ABSTRACT

This study aimed to present Community Banks as an important instrument for territorial development that is expanding in Brazil. This work sought to outline an overview of Community Banks in Brazil by contextualizing the emergence of Solidarity Finance organizations in Brazil; presenting the characteristics and the social and financial services offered by these organizations, with special attention to credit lines for production and consumption and social currencies; analyzing the pioneering experience of Banco Palmas and the important role of Instituto Palmas and the Brazilian Network of Community Banks in the development of Community Banks; mapping Community Banks operating in various Brazilian states; presenting the main public and private partnerships and their forms of operation, concluding with a survey of the main challenges currently faced in the development of actions by Community Banks in Brazil. Thus, the social technology of Community Banks was identified as an important vector in reducing social inequalities and promoting social inclusion and citizen emancipation.

Keywords: community banks; solidarity finance; social inclusion; social currency.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1: Distribuição de Bancos Comunitários por estado brasileiro

34

LISTA DE TABELAS

Quadro 1 - Bancos Comunitários no Brasil (1998-2011)

32

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
BCD	Banco Comunitário de Desenvolvimento
CADIN	Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal
Serasa	Empresa Privada que oferece suporte às decisões de crédito.
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	14
2.	BANCOS COMUNITÁRIOS.....	17
2.1	Linhas de crédito para produção e consumo.....	21
2.2	Moedas sociais.....	23
3.	BANCO PALMAS, A EXPERIÊNCIA PIONEIRA.....	26
4.	O INSTITUTO PALMAS E A REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS.....	29
5.	AS PARCERIAS PÚBLICAS E PRIVADAS.....	36
6.	PRINCIPAIS DESAFIOS.....	43
7.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
	REFERÊNCIAS.....	48

1. INTRODUÇÃO

Os empreendimentos solidários surgem no Brasil no final do século XIX em um contexto de crescente desigualdade social, com a proposta de um novo modelo organizacional baseado em princípios de solidariedade e cooperação como forma de superação da pobreza.

Apesar de a primeira cooperativa brasileira ter sido criada há mais de um século, apenas recentemente a economia solidária passou a ser reconhecida pelo governo como um possível meio de inclusão social e econômico, tendo sido criada, em 2003, a Secretaria Nacional de Economia Solidária.

Historicamente, a década de 80 foi marcada pela abertura do regime político, após mais de 20 anos de ditadura militar no Brasil. Desse momento em diante, a sociedade civil organizada passou a ter participação crescente nas ações sociais.

A partir da década de 90, essa participação se intensifica e a atuação da sociedade civil deixa de ser tão vinculada a reivindicações pelos direitos fundamentais e passa a estar mais relacionada à execução de ações sociais que seriam de responsabilidade do Estado, mas que devido à precarização do sistema público não eram desempenhadas com efetividade (PASSOS, 2008).

É nesse contexto que a economia solidária começa a ter maior presença no Brasil, com objetivo de promover a inclusão social, o incentivo à uma cultura de solidariedade e à eliminação das desigualdades sociais e da pobreza.

Cohn (2004) conceitua a pobreza como um problema de exclusão social que envolve, além da esfera econômica, as esferas política, cultural e social. Essa concepção se traduz na exclusão da prática efetiva dos direitos de cidadania, da participação nos processos geradores de bens econômicos e da participação nas diferentes instâncias e espaços deliberativos, os quais demandam níveis de educação e informação, dos quais os pobres estão excluídos socialmente.

A economia solidária tem sido valorizada como um caminho para redução da pobreza, uma vez que, por meio do desenvolvimento de atividades econômicas, é introduzido o componente político nas relações, permitindo uma articulação social mais profunda para além das relações mercantis. Segundo Guimarães:

(...) os empreendimentos de economia solidária, ao organizar os mais pobres, lhes dar identidade e ampliar a autoconfiança, atuam na

dimensão intangível da pobreza, ligada à postura e às escolhas, reforçando a possibilidade de certos grupos se inserirem produtivamente no mercado de trabalho (GUIMARÃES, 2008).

Por meio dos princípios de solidariedade, cooperação, democracia, igualitarismo, participação, desenvolvimento humano e autogestão, as comunidades envolvidas começam a desenvolver um posicionamento político e ativo em relação aos problemas sociais, tendendo a gerar grandes transformações no longo prazo. Segundo Paula e Barreto (PAULA; BARRERO, 2007, p.213), a economia solidária distingue-se da economia capitalista à medida que “a atividade econômica é apenas um meio já que o fim a que se propõe é muito mais amplo e envolve o aprimoramento do ser humano enquanto ser social”.

A economia solidária propõe um novo modelo organizacional, pautado em princípios de solidariedade e igualdade, no qual os empreendimentos solidários são caracterizados pela autogestão e pela adesão voluntária e aberta, em que todos os cooperados têm deveres e direitos iguais, e compartilham os processos decisórios da organização, por meio de assembleias em que são definidas normas internas, responsabilidades, distribuição de cargos e funções; e em que a participação ativa dos cooperados é essencial para que as decisões tenham caráter coletivo e para que as responsabilidades sejam distribuídas equitativamente.

No entanto, esses empreendimentos apresentam algumas dificuldades para se consolidarem no Brasil, como a baixa escolaridade e qualificação dos membros, baixos recursos financeiros, dificuldade em inovar e em enfrentar a concorrência, além da dificuldade de absorção dos princípios da economia solidária pelos membros.

No Brasil, a economia solidária tem se tornado cada vez mais presente e se desenvolve por meio de diversas formas de organização, como cooperativas de crédito, cooperativas de produção e comercialização, clubes de trocas, redes, associação de consumidores, Bancos Comunitários, entre outros.

O MTE¹ publicou em 2006 o Atlas da Economia Solidária no Brasil, com o resultado do primeiro mapeamento da Economia Solidária. Foram identificados 14.954 Empreendimentos Econômicos Solidários, onde estão associados mais de 1 milhão e 250 mil pessoas (PASSOS, 2008, p.1).

¹ Ministério do Trabalho e Emprego.

Na economia solidária, o eixo que busca desenvolver ações que visem à democratização do sistema financeiro, atendendo pessoas excluídas do sistema bancário oficial, é chamado hoje de “finanças solidárias”. Os fundos rotativos de crédito, as cooperativas de crédito e os Bancos Comunitários são exemplos de organizações desse tipo.

O conceito de Finanças Solidárias resgata e amplia a ideia inicial das Microfinanças, designando formas de democratização do sistema financeiro que priorizam os excluídos do sistema bancário tradicional, pautados na ética e na solidariedade, e contribuindo para o desenvolvimento humano integrado e sustentável (COELHO apud PASSOS, 2008, p.5).

Assim, os Bancos Comunitários são importantes instrumentos de fomento a um sistema de finanças solidárias, capazes de gerar transformações sociais profundas por meio de desenvolvimento econômico e empoderamento da comunidade.

2. BANCOS COMUNITÁRIOS

Os Bancos Comunitários são organizações de natureza comunitária e associativa, criados com o objetivo de fomentar o desenvolvimento e reorganização da economia local por meio da facilitação do acesso a serviços financeiros e bancários em áreas de alto grau de vulnerabilidade e exclusão social.

Essas organizações sociais têm como princípio o desenvolvimento de uma rede local de produção e consumo, como forma de fomentar o desenvolvimento territorial por meio da integração dos atores locais. Dessa forma, os Bancos Comunitários oferecem serviços de linhas de microcrédito para produtores e consumidores, ao mesmo tempo em que oferecem instrumentos de incentivo ao consumo local, como moeda social circulante e cartão de crédito social.

Além dos serviços bancários e financeiros apresentados, oferecem capacitações técnicas, políticas e gerenciais e fomentam a criação de espaços de comercialização.

Uma das principais características de um banco comunitário é que a gestão deve ser feita obrigatoriamente pela própria comunidade, sob a responsabilidade de uma associação comunitária local.

Antes de serem instituições financeiras, os Bancos Comunitários são organizações sociais que têm como objetivo o desenvolvimento territorial, por meio de uma atuação integrada nos campos social, político e econômico. Além da importância para o desenvolvimento econômico local, os Bancos Comunitários fomentam a valorização e aumento da autoestima da comunidade em que está inserido, incentivando relações mais humanas e solidárias.

Assim, além dos interesses individuais atendidos por meio da oferta de serviços bancários e financeiros, os Bancos Comunitários visam atender objetivos coletivos de melhoria na qualidade de vida da comunidade em geral.

Segundo o Instituto Palmas:

O foco de um BCD² é o próprio território enquanto espaço social onde ele se insere e não os tomadores de crédito em si. O BCD³ é um sistema que integra em rede o crédito, a produção e o consumo,

² Banco Comunitário de Desenvolvimento.

³ Idem.

objetivando o desenvolvimento do território para se alcançar o desenvolvimento do indivíduo/grupo tomador de crédito (MELO NETO; MAGALHÃES, 2006, p.34-35).

Diante disso, o envolvimento da comunidade como um todo no desenvolvimento das ações do banco comunitário é um requisito para o alcance dos objetivos sociais da organização.

A implementação e gestão de um banco comunitário só é possível ser feita sob responsabilidade de uma associação comunitária. Esta obrigatoriedade visa garantir o engajamento da comunidade nessa ação social, uma vez que o alcance do desenvolvimento local dependerá do envolvimento e conscientização de todos.

Assim, é importante que a associação comunitária busque sensibilizar e formar a comunidade politicamente com vistas a aumentar a mobilização e a participação social.

Apesar de as comunidades se caracterizarem pela baixa renda, é importante que as pessoas percebam que, mesmo sem possuir alto poder de compra, se toda a comunidade passar a adquirir bens e serviços produzidos localmente, gerará um impacto positivo significativo na economia local. É o coletivo gerando transformação social.

Para que isso aconteça, os Bancos Comunitários devem investir na realização de seminários, reuniões, campanhas educativas e cursos de formação voltados à comunidade e às organizações locais.

Também é importante promover a aproximação de produtores e consumidores, gerando diálogo e interação como forma de facilitar a constituição de uma rede de consumidores e produtores.

Segundo Melo Neto e Magalhães, “esse processo participativo constitui parte importante do DNA de um BCD⁴. Se não houver uma intensa participação da comunidade a metodologia não funciona” (MELO NETO; MAGALHÃES, 2006, p.46). É importante envolver a comunidade na gestão do banco, informando sobre os processos administrativos, origem dos recursos e custos para que seja compreendido o porquê da realização de determinados procedimentos e da cobrança de taxas e

⁴ Banco Comunitário de Desenvolvimento

juros, para que assim a comunidade se aproprie desse importante instrumento de transformação social que são os Bancos Comunitários. Melo Neto e Magalhães afirmam que “o bom funcionamento da metodologia de um BCD⁵ depende da compreensão que a comunidade tem dos objetivos e da operacionalidade do mesmo” (MELO NETO; MAGALHÃES, 2006, p.22).

Portanto, é essencial que a implantação de um banco comunitário parta por iniciativa da comunidade.

A partir da experiência de sucesso do Banco Palmas, amplamente difundida no país, as experiências de Bancos Comunitários têm se tornado populares, como instrumento de desenvolvimento territorial. Diante disso, muitas prefeituras procuram o Instituto Palmas para replicação da metodologia nas respectivas localidades.

Ao mesmo tempo em que essa demanda demonstra o reconhecimento pelo Estado das ações dos Bancos Comunitários como propulsoras de transformações sociais, é importante avaliar o interesse e envolvimento da comunidade na criação do banco, para que o mesmo não se torne um instrumento de ação governamental, mas seja, ao contrário, um instrumento de empoderamento e articulação comunitária.

O papel destas instituições de apoio não pode descaracterizar um elemento fundamental (quase uma premissa) para o surgimento do banco: a mobilização endógena do território. Em outras palavras, o início deve se dar a partir de um desejo intrínseco da comunidade, ainda que exista uma motivação e processos de excitação por agentes externos (SILVA JUNIOR, 2007, p.4).

A participação da comunidade no desenvolvimento da proposta dos Bancos Comunitários pode ser promovida a partir da realização de cursos de formação técnica e política.

A capacitação das pessoas que se envolverão diretamente em funções do banco comunitário, como agentes e gerentes de crédito, é essencial para a sobrevivência do banco. “É comunitário, mas é um banco! Por isso o comunitário precisa ter capacidade técnica, segurança, confiabilidade e equilíbrio para administrar o banco” (MELO NETO; MAGALHÃES, 2006, p.27).

Além disso, é importante que os bancos promovam a formação dos comerciantes da comunidade para melhor gestão de seus empreendimentos, visando o aumento da eficiência e produtividade e a conscientização sobre a importância de

⁵ Banco Comunitário de Desenvolvimento

se considerar a sustentabilidade ambiental nos processos produtivos.

E tão importante quanto a formação dos produtores locais é a formação dos consumidores. É essencial que os consumidores sejam conscientizados sobre o componente político de suas decisões de compra, de forma a contribuírem para o desenvolvimento local.

Segundo Melo Neto e Magalhães, “temos que oferecer, junto com o crédito solidário, uma estratégia de produção sustentável, de comercialização justa e de consumo ético. Esses quatro componentes têm que aparecer ao mesmo tempo e de forma integrada” (MELO NETO; MAGALHÃES, 2008a, p.K-16).

Sendo assim, para que as políticas voltadas ao desenvolvimento da economia solidária apresentem resultados significativos, é preciso que se reconheça a complexidade que existe na transição das pessoas para uma economia de princípios tão diferentes, ainda mais se considerarmos que o capitalismo sempre atuou como uma força modeladora dos indivíduos, por meio da alienação das pessoas por tantos anos.

Fundamentando-se na teoria crítica pode-se dizer que a constatação do fato de que os valores da economia de mercado invadiram de tal forma espaços substantivos da vida humana, permite o prognóstico de que a inserção bem sucedida em um novo contexto exigirá mudanças nas mesmas dimensões (PAULA, 2007).

Assim, apenas com investimentos significativos na educação e no desenvolvimento pessoal das pessoas que integram empreendimentos econômicos solidários, será possível a garantia efetiva do acesso igualitário às oportunidades e a consolidação dos pressupostos da economia solidária dentro dessas organizações. Por isso, é fundamental que além de capacitações em temas gerenciais, sejam realizadas ações para formação política, uma vez que, para que esses empreendimentos se consolidem, é essencial que os membros estejam alinhados com os valores e aspectos ideológicos desse modelo econômico.

A partir dessa consciência, o Banco Palmas criou a Palmatech, Escola Comunitária de Socioeconomia Solidária. Alguns dos cursos realizados são: formação de empreendedores solidários, consultores comunitários para empreendimentos solidários, pesquisadores locais para o desenvolvimento sustentável e seminário ABC da socioeconomia (MELO NETO; MAGALHÃES, 2008, p.77-78).

Reconhecendo também a importância da formação popular comunitária e da troca de experiências e informação entre os Bancos Comunitários existentes, a Rede

Brasileira de Bancos Comunitários tem a proposta de reunir, sistematizar e disseminar as metodologias e conteúdos desenvolvidos localmente pelos Bancos Comunitários. Serão reunidos tanto conteúdos educativos e de apoio ao desenvolvimento local, como informações referentes à forma de execução dos serviços bancários e financeiros.

Em seguida, estão detalhados os principais serviços financeiros dos Bancos Comunitários: as linhas de crédito para produção e consumo e o a circulação de moedas sociais. Além desses, os bancos têm autonomia para oferecer outros serviços bancários e sociais, como realização de feiras e clubes de troca, serviços de correspondente bancário, entre outros. No entanto, é importante estar atento para que o banco comunitário não fique tão complexo a ponto de se tornar inviável que a gestão continue sob responsabilidade da organização local.

1.1 Linhas de crédito para produção e consumo

O crédito é um serviço oferecido por todos os Bancos Comunitários que liberam empréstimos tanto para produção como para consumo, em reais e em moeda social.

Os Bancos Comunitários visam à criação de um sistema econômico integrado a partir do fomento à uma rede de produtores e consumidores. Com esse intuito, dão prioridade à liberação de créditos produtivos para empreendimentos orientados para a demanda local.

Embora existam alguns princípios que os bancos devam obedecer na concessão do crédito, cada banco tem liberdade para definir suas regras internas e taxas de operação, de acordo com as exigências e condições impostas pelos financiadores e com as características locais.

Segundo Melo Neto e Magalhães (2006, p.38), os sistemas de crédito dos Bancos Comunitários devem atender aos seguintes critérios para serem consideradas ações de um Sistema de Finanças Sociais:

1. Os juros praticados devem ser abaixo dos de mercado;
2. O sistema de juros deve promover a diminuição da desigualdade econômica por meio, por exemplo, da oferta diferenciada de crédito, com cobrança de juros escalonados, ou seja, quanto maior o montante emprestado, maiores são os juros;
3. A comunidade é detentora do controle e propriedade do banco, devendo ser realizada prestação de conta dos serviços prestados periodicamente;

4. O sistema de crédito deve fomentar o fortalecimento da rede de produção e consumo;

5. O critério de avaliação para concessão do empréstimo deve ser o aval de confiança da própria comunidade.

O sistema financeiro oficial exclui as pessoas mais pobres, seja pelas burocracias e critérios de análise de crédito realizados, pela exigência de fiador e pela consulta à situação no CADIN⁶, Serasa⁷ e SPC⁸.

Estudos do Banco Mundial⁹ estimam que 43% da população não tenha acesso a serviços bancários no Brasil. O processo de concentração bancária, a privatização dos bancos públicos estaduais, aliados ao não cumprimento dos requisitos mínimos para a abertura de uma conta, como nível de renda, patrimônio, documentação, podem ser citados como fatores que explicam a exclusão de significativa parcela da população do sistema financeiro nacional (USHIZIMA, 2008, p.1).

Contrário a isso, os Bancos Comunitários possuem como critério para concessão do empréstimo apenas o aval comunitário. Em algumas comunidades é criado um comitê ou fórum para avaliação e aprovação do crédito, composto por membros da comunidade. Em outros casos, os agentes de crédito ouvem a opinião de vizinhos do tomador de crédito. Assim, além de facilitar o acesso ao crédito, envolve a comunidade no processo de financiamento, motivando a criação de um vínculo social entre os moradores e o empreendimento local. Isso contribui para que as relações econômicas possam ir além da comercialização de determinado produto ou serviço, se tornando, também, espaços de relações sociais e convívio.

(...) a singularidade de um banco comunitário é tentar restaurar laços e vínculos sociais seriamente degradados pelas condições de vida mais geral das pessoas nos bairros populares, através de um novo tipo de relação com o dinheiro e de organização da vida econômica local (SILVA JUNIOR, 2007, p.6).

Na concessão dos créditos, os bancos solidários também orientam o tomador do crédito sobre o potencial produtivo local por meio dos agentes de crédito, que também têm a função de acompanhar e assessorar os empreendedores após a

⁶ Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal.

⁷ Empresa Privada que oferece informações sobre situação cadastral de pessoas física e jurídica, visando dar suporte às decisões de crédito.

⁸ Serviço de Proteção ao Crédito.

⁹ Banco Mundial, 2004 apud Abramovay et al, 2004, p.17.

obtenção do crédito, apoiando na gestão e desenvolvimento dos negócios e encaminhando para cursos de formação técnica e de gestão.

Portanto, os Bancos Comunitários, ao contrário dos bancos comerciais, não têm como foco o resultado financeiro gerado pelo pagamento dos juros do empréstimo. Eles visam à estruturação e desenvolvimento dos empreendimentos locais, tendo a concessão de crédito como um meio de se alcançar os objetivos pretendidos e não como um fim em si.

1.2 Moeda social

Todos os Bancos Comunitários vinculados à Rede Brasileira de Bancos Comunitários possuem uma Moeda Social própria, com circulação local.

Na maioria dos casos, a Moeda Social é lastreada no Real e é utilizada de forma complementar à oficial. Porém, na experiência do Banco Verde Vida, no Espírito Santo, a Moeda Social tem como lastro os produtos da cesta básica (ADITAL, 2008). O objetivo da criação e emissão da Moeda Social é incentivar as pessoas a consumirem produtos e serviços gerados pela própria comunidade, gerando um investimento no comércio local e aumentando as possibilidades de geração de trabalho e renda, constituindo um círculo virtuoso. Dessa forma, “o circulante local objetiva fazer com que o “dinheiro” circule na própria comunidade, ampliando o poder de comercialização local, aumentando a riqueza circulante na comunidade, gerando trabalho e renda localmente” (MELO NETO; MAGALHÃES, 2006, p.41).

Por sua vez, para os comerciantes, trabalhar com a Moeda Social gera uma oportunidade de fidelização de clientes. Assim, para incentivar o uso da Moeda Social, os empreendedores costumam oferecer descontos nas compras pagas com essa moeda.

Para estimular a utilização da Moeda Social, os Bancos Comunitários geralmente possuem linhas de crédito em reais e em Moeda Social, sendo que não são cobrados juros nos empréstimos realizados na moeda circulante local. Já para os consumidores que desejarem adquirir Moedas Sociais, basta se dirigir ao Banco local para realizar o câmbio. Alguns bancos já disponibilizam também cartões de crédito em Moeda Social.

Além do aspecto econômico, a Moeda Social e/ou cartão de crédito popular criam uma identidade forte dos moradores com o

bairro/município, aproxima as pessoas, fortalece o sentimento de poder da comunidade em criar o seu próprio instrumento financeiro, cria um espaço de diálogo muito forte entre o BCD¹⁰ e o setor produtivo (produtores, comerciantes e prestadores de serviço) do bairro (MELO NETO; MAGALHÃES, 2006, p.42).

No entanto, apesar das vantagens, existem algumas dificuldades na utilização da moeda social. A primeira diz respeito à resistência de financiadores externos do banco comunitário em aceitar que seus recursos sejam utilizados como lastro para a Moeda Social. Ainda existe muito receio quanto à capacidade dos Bancos Comunitários em gerir esse sistema alternativo, sendo essencial a aprovação de um marco regulatório que legitime a emissão e a circulação de moedas sociais.

Além dos financiadores e parceiros externos, a própria comunidade costuma apresentar resistência quanto à utilização da moeda social. Os comerciantes e moradores temem que as moedas sociais percam a validade ou sejam falsas. Porém, para que esse sistema alternativo funcione, é importante a adesão do máximo de empreendimentos e pessoas da comunidade, de forma a aumentar as opções de trocas em moeda social (MELO NETO; MAGALHÃES, 2006).

É natural que esse processo de aceitação seja lento e gradual, pois depende de uma mudança de cultura e de hábitos. No sentido de estimular uma identificação da comunidade com o banco, o Instituto Palmas destaca a importância dos símbolos utilizados pelo banco representarem a comunidade em que atuam.

(...) é fundamental que o nome do banco, a moeda, as logomarcas e os outros símbolos tragam em si as identidades, as características e a cultura da comunidade local, vinculando a imagem do Banco ao próprio bairro/município (MELO NETO; MAGALHÃES, 2006, p.18).

Apostando na importância da Moeda Social para o desenvolvimento local, o Banco Palmas criou o projeto Fomento, por meio do qual busca motivar o aumento do circulante local. Uma das ações realizadas por esse projeto foi o redirecionamento de recursos doados com a finalidade de realização da construção de uma escola. Neste caso, a obra passa a ser paga em Moeda Social – tanto a mão-de-obra quanto os materiais, enquanto os recursos em moeda oficial doados foram destinados para o fundo de empréstimos do banco, beneficiando empreendedores locais que passam a

¹⁰ Banco Comunitário de Desenvolvimento

ser obrigados a aceitar a Moeda Social nas compras realizadas em seus estabelecimentos. Dessa forma, o Banco Palmas estimula a aceitação da Moeda Social pela comunidade (MELO NETO; MAGALHÃES, 2008).

O Estado também tem se mostrado favorável à emissão e utilização de Moedas Sociais localmente, por reconhecerem sua importância como instrumentos de inclusão social.

As Moedas Sociais já demonstraram serem, inclusive, importantes instrumentos de estabilidade econômica em momentos de crises financeiras do sistema oficial, uma vez que em períodos de alta de desemprego e redução da economia, o volume de Moeda Social circulante aumenta, ajudando no equilíbrio da crise localmente, uma vez que possibilitam a criação de um mercado solidário alternativo entre as famílias. Na Argentina, as moedas sociais chegaram a atingir quase 1 milhão de pessoas após a crise de 2001 (INSTITUTO AKATU, 2010).

3. BANCO PALMAS, A EXPERIÊNCIA PIONEIRA

Em 1981, os moradores do Conjunto Palmeira fundaram a Associação de Moradores do Conjunto Palmeira (ASMOCONP). A organização, por meio de mobilização comunitária massiva, alcançou diversas conquistas, frutos de reivindicações políticas intensas, como o abastecimento canalizado de água tratada, asfaltamento das ruas, entre outros.

Em 1998, a ASMOCONP fundou o Banco Palmas com o intuito de desenvolver um projeto que promovesse a geração de renda e emprego na comunidade.

Muito além da oferta de crédito, o Banco Palmas foi criado com o objetivo de promover o empoderamento da comunidade por meio do desenvolvimento de ações que promovam a solidariedade e a inclusão participativa.

Atualmente, após terem se passado mais de 12 anos de sua criação, o Banco Palmas realiza as seguintes ações:

- Sistema integrado de microcrédito;
- Cartão de crédito Palmacard;
- Incubadora de empreendimentos produtivos (Palmafashion, Palmalimpe, Palmart);
- Clube de trocas com moeda social;
- Loja Solidária;
- Feira dos Produtores Locais;
- Escola Comunitária de Socioeconomia Solidária (Palmatech);
- Incubadora Feminina;
- Laboratório de Agricultura Urbana;
- Projeto Fomento;
- Sistema de Compras Coletivas.

Essas ações têm o objetivo de criar uma Rede de Colaboração Solidária que promova o desenvolvimento econômico local, por meio do fomento à produção e comercialização, promoção do consumo consciente, formação técnica e cidadã.

Para a criação do Banco Palmas, o primeiro passo foi fazer um Mapa da Produção e Consumo do bairro, o que permitiu traçar o perfil produtivo local e as principais demandas da comunidade. Esta pesquisa demonstrou que a maior parte da renda da comunidade era gasta em produtos oriundos de grandes empresas localizadas fora do bairro, o que gerava um escoamento dos recursos da comunidade.

O mapeamento nos mostrou que mensalmente os moradores consumiam em produtos, ou seja, gastavam com alimentação, vestuário, produtos de limpeza e de higiene e beleza, um total de R\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais). O problema é que todas as compras eram feitas fora do bairro (MELO NETO, 2011).

A partir dessa constatação, iniciou-se um processo de conscientização e formação da comunidade para que a mesma se mobilizasse na produção e oferta de serviços demandados no Conjunto Palmeira, de forma que, os recursos dos moradores da comunidade fossem investidos no desenvolvimento de empreendimentos locais.

Segundo Melo Neto e Magalhães, “o primeiro passo para enfrentar o problema da geração de renda em um bairro popular não é investir na produção, é sim, organizar os consumidores” (MELO NETO; MAGALHÃES, 2008a, p.D-16). Com esse propósito, os Bancos Comunitários realizam cursos, seminários e oficinas, visando o despertar da comunidade como um todo para a criação de uma economia solidária, por meio da disseminação de conceitos e sensibilização para valores de cooperação.

Para dar à comunidade maior poder de compra, além de oferecer uma linha de financiamento voltada para o consumo, o Banco Palmas possui o cartão de crédito Palmacard e a Moeda Social Palmas, disponíveis à comunidade. Estes dois instrumentos monetários contribuem para o fomento à economia local, na medida em que só podem ser usados nas compras em empreendimentos geridos por moradores da comunidade.

Em 2002, criou-se o Projeto Fomento que busca o aumento do circulante monetário local por meio da clonagem da moeda real em Moeda Social e fomento à utilização da mesma na aquisição e venda de produtos pela comunidade. Em 2011, 240 empreendimentos do Conjunto Palmeira aceitam Moeda Social e concedem descontos de 2% a 15% nessas operações (MELO NETO, 2009b).

Complementar a essas atividades, o Banco Palmas organiza um sistema de

compras coletivas, com o objetivo de negociar valores e custos de entrega reduzidos. Com o intuito de apoiar a comercialização dos produtos, o Banco Palmas criou alguns espaços de venda, como a Loja Solidária, a Feira dos Produtores Locais e o Clube de trocas.

O Banco Palmas também incubia quatro empreendimentos solidários voltados para produção de bens consumidos pela comunidade, sendo eles o Palmafashion, que produz vestuário; o Palmart, que produz artesanato, o Palmalimpe, que produz materiais de limpeza e o PalmaNatus, que confecciona produtos naturais.

A oferta desse conjunto de serviços gerou uma série de impactos sociais positivos para a Comunidade Palmeiras. A divulgação desse trabalho acarretou na demanda pela reaplicação desta metodologia em outras localidades com alta vulnerabilidade social, que por sua vez, resultaram na criação do Instituto Palmas, em 2003.

Em 2008, após 10 anos de atuação do Banco Palmas, a Universidade Federal do Ceará realizou uma pesquisa para avaliar o impacto da instituição no Conjunto Palmeira. A pesquisa demonstrou que 90% dos entrevistados reconhecem a importância do banco na colaboração da melhoria da qualidade de vida e 26% tiveram aumento na renda familiar devido às ações do banco (MELO NETO, 2008b).

Nesse mesmo ano, o Banco Palmas ganhou o prêmio ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Brasil, concedido pela Secretaria-Geral da Presidência da República em parceria com o PNUD¹¹ (MELO NETO, 2008b).

¹¹ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

4. O INSTITUTO PALMAS E A REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS

O Banco Palmas, fundado em 1998, foi responsável pela criação da tecnologia social de Bancos Comunitários. Tendo sido pioneiro na implantação de um sistema bancário alternativo no Brasil, em 2003, criou o Instituto Palmas com o objetivo de sistematizar e difundir a metodologia desenvolvida, realizar parcerias e captar recursos para os Bancos Comunitários brasileiros. E, em 2004, realizou o primeiro repasse da metodologia ao Banco PAR, implantado no município de Paracuru/CE.

O Instituto Palmas é certificado como OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) de Microcrédito e por isso pode “estabelecer contratos e convênios com o poder público e bancos oficiais, captando recursos e tecnologias para as demais instituições” (MELO NETO, 2009b).

De acordo com a metodologia do Instituto Palmas, existem alguns requisitos para a criação de um Banco Comunitário: existência de organização comunitária que se responsabilize pela gestão do banco, recurso para despesas operacionais e criação de fundo de crédito, e pessoas capacitadas que assumirão as funções de agente e gerente de crédito.

Devido ao surgimento crescente de novos bancos, em 2005, o Instituto Palmas criou a Rede Brasileira de Bancos Comunitários que tem como objetivo articular e apoiar os Bancos Comunitários Brasileiros por meio de capacitações, monitoramento, captação de recursos e articulação política. Também é responsável pela certificação dos Bancos Comunitários e pelo comunicado ao Banco Central da criação de cada nova moeda social.

Em contrapartida, todos os bancos vinculados à Rede devem prestar contas de suas atividades em evento anual promovido pela Rede.

É importante destacar que todos os BCD¹² que integram a Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento recebem uma espécie de ‘selo de certificação’ que oficializa sua entrada para a Rede e unifica todos os BCD¹³. Essa unidade se dá na pluralidade. Por um lado existem regras; procedimentos éticos; estruturas mínimas que precisam ser seguidas por todos os Bancos Comunitários. Por outro, cada BCD é livre para organizar-se localmente (MELO NETO; MAGALHÃES, 2006, p.53).

¹² Banco Comunitário de Desenvolvimento.

¹³ Idem.

Para avaliar o impacto do Banco Comunitário sobre o desenvolvimento territorial da comunidade onde foi implantado, o Instituto Palmas definiu quatro indicadores, citados por Silva Junior:

i) a comunidade deve ter fortalecido seu processo de organização e representação social como reforço as organizações da sociedade civil existentes e recém constituídas; ii) processos de capacitação das lideranças locais devem ser executados para torná-las capazes de conduzir programas e projetos que promovam a geração de trabalho e renda; iii) a comunidade local deve ser sensibilizada para a necessidade de preservação do meio ambiente, criando condições concretas para que os seres humanos possam viver em harmonia com a natureza e todos seus ecossistemas; e, iv) sistemas locais de produção e consumo devem ser implantados – dentro dos princípios da economia solidária, do comércio justo, da produção sustentável e das finanças solidárias – para que o desenvolvimento local, integral e sustentável esteja alicerçado na distribuição de renda e das riquezas (SILVA JUNIOR, 2006a, p.4-5).

Na busca por parceiros interessados em apoiar a criação de novos Bancos Comunitários, em 2005, o Instituto Palmas formalizou parceria com o Banco Popular do Brasil e com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE).

Após a parceria com o Banco Popular do Brasil, o Instituto Palmas passou a ser responsável pela gestão do Fundo de Crédito e pelo repasse de R\$30.000 (trinta mil reais) a cada novo banco criado. Isso soluciona, no curto prazo, o problema de ausência de recurso dos bancos, possibilitando o serviço de oferta de crédito logo na abertura do banco (MELO NETO, 2009b).

Apesar dessa relevante parceria com o Banco do Brasil e outros bancos comerciais, que financiam, atualmente, o desenvolvimento de ações dos Bancos Comunitários, a Rede Brasileira de Bancos Comunitários tem como objetivo a criação de um Fundo de Crédito de gestão coletiva, composto por recursos próprios dos Bancos Comunitários filiados à rede e por doações públicas e privadas, o que permitirá a sustentabilidade dessas instituições no longo prazo. Visando o aumento da autonomia e profissionalismo dos Bancos Comunitários, a Rede tem desenvolvido softwares administrativos próprios para gestão dos fundos de crédito coletivos, em reais e moeda social.

Existe também a demanda pela criação do Sistema Nacional de Finanças Solidárias que legitima e define a destinação de recursos públicos para financiamentos às ações dos Bancos Comunitários.

Já a parceria com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE) se deu por meio do Projeto de Apoio a Organização de Bancos Comunitários para a disseminação da metodologia criada. Por meio desse projeto, financia a formação de agentes e gerentes de crédito e as despesas operacionais dos novos Bancos Comunitários. O Instituto Palmas, além de realizar o treinamento das pessoas que assumirão a gestão e as funções de agente e gerente de crédito, realiza acompanhamento durante, pelo menos, seis meses após implementação do banco.

Além do apoio financeiro, o SENAES é um importante parceiro no apoio à promoção de espaços de diálogos e trocas de experiência entre os Bancos Comunitários, em nível nacional, exemplificado pela realização do I e II Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários e o Seminário de Bancos Comunitários, realizado no Rio de Janeiro, em 2010; e em nível estadual, como na realização do Seminário Amazônico de Bancos Comunitários, em 2011.

A articulação dos Bancos Comunitários em nível estadual e municipal é crescente. Em 2009, os bancos paulistas – que já faziam parte da Rede Brasileira de Bancos Comunitários - criaram a Rede Paulista de Bancos Comunitários (SILVA, 2011). Esse movimento é percebido também em outros estados, como uma forma de organização social a partir da criação de espaços para apresentação de experiências, construção de soluções comuns e fortalecimento organizacional por meio da formalização de novas parcerias em nível municipal e estadual.

Paralelamente a essa intensificação nas articulações em âmbitos locais, a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, em 2008, ultrapassou as fronteiras do país na assinatura do Memorando de Entendimento para a Cooperação Econômica e Social com o Ministério do Poder Popular para a Economia Comunal Venezuela. Após o treinamento e o repasse da metodologia pelo Instituto Palmas, foi criada a Lei dos Bancos Comunitários que resultou na criação de 3.600 Bancos Comunitários, até o final de 2009, segundo o IPEA (MELO NETO, 2009c).

No entanto, algumas críticas são feitas a respeito da atuação do Instituto Palmas que, muito voltado à replicação da metodologia, deixa de ter uma atuação mais focada na melhoria do Banco Palmas.

Uma associação de moradores que tem como seu maior objetivo atuar em torno da melhoria da qualidade de vida socioeconômica da comunidade enfrenta a dificuldade de articular-se/comunicar-se com

seu principal público (os moradores do Conjunto Palmeiras), por encontrar-se envolvida na promoção externa de suas ações. Este fato pode representar, em parte, uma perda de foco de atuação da organização que podemos atribuir aos interesses de replicação dos projetos da ASMOCONP/Banco Palmas, saindo para uma perspectiva mais regional/nacional de ação sem, ainda, ter alcançado uma consolidação nos resultados de sua atuação no viés mais comunitário (SILVA JUNIOR, 2006b, p.7).

Contudo, a tendência é que o envolvimento do Instituto Palmas nas ações de promoção à Rede Brasileira de Bancos Comunitários aumente, uma vez que o número de Bancos Comunitários é crescente, no Brasil.

Segundo o Instituto Palmas, responsável pela articulação da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, atualmente existem 52 Bancos Comunitários, em nove estados do Brasil. No entanto, os estudos acadêmicos e informações publicadas sobre o assunto ainda são incipientes, sendo que o próprio Instituto Palmas disponibiliza informações sobre apenas 19 destes bancos (BANCO PALMAS, 2011).

Abaixo são apresentados 49 Bancos Comunitários brasileiros.

A lista apresentada é resultado da reunião de informações disponíveis em artigos acadêmicos e notícias publicadas na internet, no período entre 2006 e 2011.

Quadro 1: Bancos Comunitários no Brasil (1998-2011)

(continua)

	Nome do Banco Comunitário	Município	ES	Ano	Moeda Social
1	Banco Palmas	Fortaleza	CE	1998	Palma
2	Banco Par	Paracurú	CE	2004	*
3	Banco Bassa	Santana do Acaraú	CE	2005	Santanas
4	Banco Serrano	Palmácia	CE	2005	Palmeira
5	Banco Bem	Vitória	ES	2005	*
6	Banco Terra	Vila Velha	ES	2005	Terra
7	Banco Eco-Luzia	Simões Filho	BA	2005	Eco-Luzia
8	Banco Bem	Maranguape	CE	2006	*
9	Banco Pajú	Maracanaú	CE	2006	*

Fonte: Elaborado pela autora

* Informação não encontrada

Quadro 1: Bancos Comunitários no Brasil (1998-2011)

(continuação)

	Nome do Banco Comunitário	Município	ES	Ano	Moeda Social
10	Banco PIRAPIRÊ	Dourados	MS	2006	Pirapirê
11	Banco Guia (BG)	Salvador	BA	2006	*
12	Banco Bancart	Irauçuba	CE	2007	*
13	Banco Bandesp	Beberibe	CE	2007	*
14	Banco Cocais	São João do Arraial	PI	2007	*
15	Quilombolas de Alcântara	Alcantara	MA	2007	Guara
16	Banco Bansol	Madalena	CE	2008	*
17	Banco Feiticeiro	Tamboril	CE	2008	*
18	Banco Padre Quiliano	Caridade	CE	2008	*
19	Banco Sertanejo	Choró	CE	2008	*
20	Banco Tremembé	Itarema	CE	2008	*
21	Banco Caju	Cajueiro da Praia	PI	2008	*
22	Banco Semear	Parnaíba	PI	2008	*
23	Banco Sol	Cariacica	ES	2008	*
24	Banco Verde Vida	Vila Velha	ES	2008	*
25	Banco Apuanã	São Paulo	SP	2009	*
26	Banco Autogestão	São Paulo	SP	2009	*
27	Banco Paulo Freire	São Paulo	SP	2009	*
28	Banco Vista Linda	São Paulo	SP	2009	*
29	Banco Pontes Solidárias	São Leopoldo	RS	2009	*
30	Banco Tupinambá	Belém	PA	2009	Moqueio
31	Banco Sussuarana	Vale do Urucuaia	MG	2009	Uruana
32	Banco Comunitário Chapadense	Chapada Gaucha	MG	2009	Vereda
33	Banco Capivari	Silva Jardim	RJ	2010	Capivari
34	Banco Amizade	Irauçuba	CE	*	Cactus
35	Banco Juazeiro	Irauçuba	CE	*	Cactus
36	Banco Rubem Berta	Porto Alegre	RS	*	Rubi

Fonte: Elaborado pela autora

* Informação não encontrada

Quadro 1: Bancos Comunitários no Brasil (1998-2011)

(conclusão)

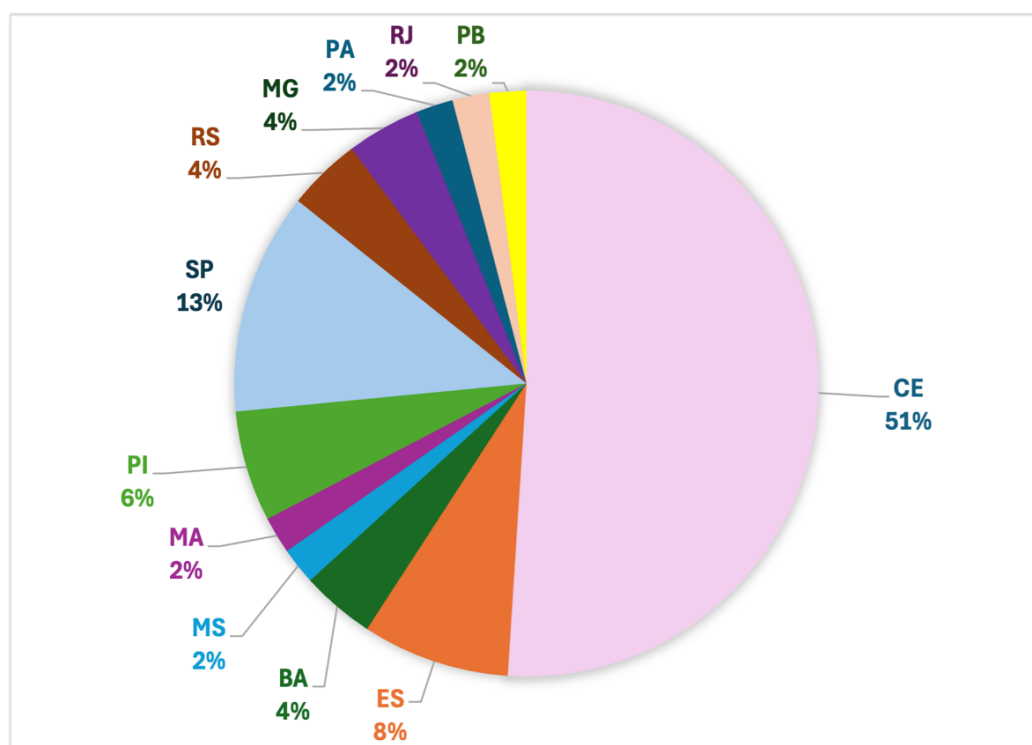
	Nome do Banco Comunitário	Município	ES	Ano	Moeda Social
37	Banco Beira-Rio	João Pessoa	PB	*	Rial
38	Banco Artpalha	Palhano	CE	*	*
39	Banco Econômico	Tauá	CE	*	*
40	Banco Frei Diogo	Paramoti	CE	*	*
41	Banco Itapebussú	Itapebussú	CE	*	*
42	Banco Ocaros	Ocara	CE	*	*
43	Banco Quinamuiú	Tauá	CE	*	*
44	Banco Riosol	Fortaleza	CE	*	*
45	Banco Serra Azul	Ibaretama	CE	*	*
46	Banco Serra das Matas	Monsenhor Tabosa	CE	*	*
47	Ponto de Atendimento	Fortaleza	CE	*	*
48	Banco Social Piracicaba	Piracicaba	SP	*	*
49	Banco União Sampaio	São Paulo	SP	*	*

Fonte: Elaborado pela autora

* Informação não encontrada

O gráfico abaixo apresenta a distribuição, por estado, dos Bancos Comunitários brasileiros levantados nesta pesquisa.

Gráfico 1: Distribuição de Bancos Comunitários por estado brasileiro



Fonte: Elaborado pela autora

A partir desse levantamento, pode ser percebida uma grande concentração de Bancos Comunitários no Estado do Ceará, representando mais de 50% dos Bancos Comunitários levantados. Isso pode ser justificado pelo fato de o Estado do Ceará ter sido o primeiro a apoiar e investir na disseminação da metodologia dos Bancos Comunitários, por meio do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), a partir do conhecimento da experiência pioneira do Banco Palmas, desenvolvida em Fortaleza/CE.

5. AS PARCERIAS PÚBLICAS E PRIVADAS

Os serviços oferecidos pelos Bancos Comunitários, como o microcrédito com aval solidário e a moeda social, permitem, além do desenvolvimento econômico local, a inclusão social dos membros da comunidade. Assim sendo, a criação de um Banco Comunitário é uma questão pública à medida que permite o acesso de todos a bens e serviços, econômicos e simbólicos.

No entanto, a implementação e manutenção dos Bancos Comunitários só é possível a partir da formação de redes e parcerias, públicas e privadas, que apoiem na resolução dos problemas de falta de recurso, baixa qualificação técnica de seus membros, entre outros.

A importância dos Bancos Comunitários como instrumento de transformação social e econômica é reconhecida hoje pelo Estado que apoia a disseminação da metodologia e a formação de parcerias estratégicas para implantação e desenvolvimento dos mesmos.

No VII Seminário Banco Central sobre Microfinanças, realizado em 2008, Antônio Haroldo Pinheiro Mendonça, da Secretaria de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), destacou a existência de um programa do Governo Federal que prevê o apoio às comunidades rurais e urbanas que pretendam criar um banco comunitário, além de dar suporte na articulação de parcerias institucionais visando a expansão do número de Bancos Comunitários no Brasil (MENDONÇA, 2008).

Segundo Mendonça (2008), os Bancos Comunitários estão alinhados à política pública de microcrédito e microfinanças, na medida em que ampliam o acesso ao crédito à população de baixa renda, fomentam o desenvolvimento econômico local e promovem a distribuição de renda (MENDONÇA, 2008).

A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE) e o Banco Popular do Brasil tem sido os grandes promotores da expansão dos Bancos Comunitários, em nível federal, articulados diretamente com a Rede Brasileira de Bancos Comunitários. Desde a criação do Instituto Palmas e da formalização dessas importantes parcerias, diversas instituições públicas e privadas têm se mobilizado para apoiar a disseminação da metodologia e a implementação de novos bancos.

O Governo do Estado do Ceará, em 2007, firmou uma parceria com o Instituto Palmas para a implementação de Bancos Comunitários em municípios com baixo

Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), por meio do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP). Por sua vez, os Governos do Estado da Bahia, do Espírito Santo e do Piauí estão engajados no fomento à criação de novos Bancos Comunitários em seus estados, por meio de parceria com a Rede Brasileira de Bancos Comunitários.

Em nível municipal, muitas prefeituras tem sido responsáveis pela criação dos Bancos Comunitários e pelo financiamento dos fundos de crédito e de despesas administrativas, como é o caso do Banco dos Cocais, na cidade de São João do Arraial, Piauí, criado em 2007 pela prefeitura, com o apoio da CARE Brasil, Instituto Palmas e Banco Popular do Brasil. Além da Universidade de São Paulo, a Universidade Federal da Bahia, a Universidade Federal do Ceará, a Fundação Getúlio Vargas e a Columbia University podem ser citadas como importantes apoiadores.

Já as parcerias realizadas com os Bancos Comerciais são, hoje, ainda indispensáveis ao funcionamento dos Bancos Comunitários, devido à carência de recurso que os mesmos enfrentam para financiar as despesas operacionais e os fundos de crédito.

Desde 2005, quando foi firmada a parceria com o Banco Popular do Brasil, vários outros bancos comerciais e fundos de crédito se envolveram no fomento dessas iniciativas, como a Caixa Econômica Federal, o Banco Santander, o Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo, o Banco do Nordeste, Fundos FECOP e PROPRIOS. As parcerias com os bancos comerciais têm tanto a função de implementação de serviço de correspondente bancário, como de financiamento de recursos para os fundos de crédito. Até 2009, o Banco Popular do Brasil havia financiado mais de três milhões de reais o que, segundo o Instituto Palmas, beneficiou cerca de duzentas mil famílias (MELO NETO, 2009d).

Além disso, os Bancos Comunitários têm acesso a softwares de gestão financeira utilizados pelos Bancos Comerciais, facilitando a organização e gestão do fundo pela comunidade que passa a se capacitar nesse tipo de tecnologia (MELO NETO; MAGALHÃES, 2006).

Para os bancos comerciais, essa parceria é interessante na medida em que possibilita a descentralização de suas atividades, aumentando o número de serviços prestados por meio dos correspondentes bancários. A parceria garante maior facilidade de acesso à comunidade, resultando em diminuição de gastos com logística e recursos humanos.

O Instituto Palmas é o responsável por facilitar a implantação do serviço de

correspondente bancário nos bancos filiados, aproximando da comunidade determinados serviços pelos quais antes era necessário deslocar grandes distâncias para efetua-los, como para o pagamento de contas. Segundo estudos do IPEA¹⁴ realizados em 2009, mais de 500 municípios do Brasil não possuíam agência bancária (MELO NETO; MAGALHÃES, 2009c).

Sem as facilidades oferecidas por essa parceria, dificilmente os Bancos Comerciais abririam agências em locais de difícil acesso e pobreza econômica, uma vez que não seria vantajoso economicamente.

Pelos serviços prestados como correspondente bancário, os Bancos Comerciais remuneram em taxas percentuais que variam de R\$0,10 a R\$0,45. No entanto, além de não haver estudos sobre o custo benefício dessas operações, é importante refletir sobre o impacto desse serviço no objetivo dos Bancos Comunitários de fomento à circulação de riquezas localmente, tendo em vista que os serviços de correspondência bancária deslocam os recursos gerados dentro da comunidade para fora dela, gerando um movimento contrário ao pretendido. Por meio da utilização desse serviço, o dinheiro retorna e alimenta o sistema financeiro oficial, hegemônico e excludente (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2008).

No que diz respeito ao apoio financeiro aos fundos de crédito pelos Bancos Comerciais, existe grande receio quanto à criação de dependência dos Bancos Comunitários em relação a esse recurso, o que comprometeria a autonomia dos Bancos quanto às formas de alocação dos recursos e critérios de concessão dos empréstimos. No Brasil, os Bancos Comerciais são obrigados por lei a destinar 2% do volume dos depósitos à vista ao microcrédito. Segundo Banco Central, em abril de 2011, havia 2,1 bilhões de reais em recursos disponíveis (AGÊNCIA ESTADO, 2011). No entanto, os recursos captados, em 2006, do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) apresentam taxa de juros de 2% a.m., obrigando os Bancos Comunitários a repassarem o crédito à taxas iguais ou superiores, inviabilizando muitas vezes a concessão (MELO NETO; MAGALHÃES, 2006).

Atualmente, os Bancos Comunitários pleiteiam a criação de um Marco Regulatório que regule o funcionamento dos Bancos Comunitários e a emissão de moedas sociais, como forma de legitimar as ações realizadas, aumentando as possibilidades de parcerias que financiem esse tipo de iniciativa, inclusive com o poder

¹⁴ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

público.

Hoje em dia, os recursos para lastro e ampliação do fundo de Moeda Social são oriundos principalmente de cooperações internacionais e doações de associados, segundo pesquisa realizada pelo Banco do Nordeste do Brasil, por meio do Centro de Estudos para o Desenvolvimento Local, em 2008. O Estado ainda tem participação muito reduzida na transferência de recursos para essa finalidade.

Na I Conferencia Nacional de Economia Solidária, realizada em Brasília, em 2006, foi proposta a criação de um fundo público para fomento às iniciativas dos Bancos Comunitários. No entanto, o que foi feito pelo governo federal foi o repasse da responsabilidade pelo financiamento do fundo aos Bancos Comerciais, que por sua vez tem interesses mercantis. “Esta construção não leva à formação de um sistema de finanças solidárias, mas ao fortalecimento das movimentações bancárias do sistema financeiro hegemônico” (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2008, p.106).

Atualmente, uma das principais demandas dos Bancos Comunitários é pela criação do Sistema Nacional de Finanças Solidárias, que contemplaria a criação de um fundo de financiamento com controle social, que permitiria a capitalização das instituições, inclusive de recursos federais para fomentos desse tipo de iniciativa. Um passo importante para isso é o projeto de Lei Complementar nº 93/2007, criado pela deputada federal Luiza Erundina em tramitação no Congresso Nacional, que define a criação desse sistema.

Atualmente, os Bancos Comunitários são obrigados a respeitar normas contábeis e o marco legal tributário-financeiro que rege todas as organizações mercantis, sem considerar as especificidades das organizações comunitárias, o que dificulta, consideravelmente, a gestão da organização. Dessa forma, é imprescindível a criação de um Marco Regulatório que respeite as especificidades dos Bancos Comunitários.

No entanto, é fundamental que a implementação do novo Marco Regulatório não limite a liberdade de atuação dos bancos no que diz respeito à forma de gestão a partir dos princípios de controle social, autogestão e independência financeira. Por esse motivo, é importante que as propostas do Marco Regulatório sejam definidas com a participação da sociedade civil e representantes dos Bancos Comunitários.

Outro importante debate no que diz respeito à busca por autonomia financeira dos Bancos Comunitários se refere à legalização do sistema de poupança popular.

O que falta são bancos, fundos, etc. que possam atrair parte da poupança da classe média e alta e também da poupança pública e abastecer de recursos as iniciativas locais (...) No Brasil, a necessidade de outro sistema financeiro é gritante. É preciso abrir um debate sobre como fazê-lo atingir dimensões compatíveis com a necessidade de desconcentrar o capital para inserir na produção os que se encontram a sua margem (SINGER apud BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2008, p.103).

O serviço de poupança popular resulta em um meio de distribuição de renda dentro da própria comunidade, onde os poupadores investem, por intermédio do banco, em prestadores de serviço e comerciantes da própria comunidade. Assim, ao invés dessas transações gerarem lucro para o banco, como no caso dos bancos comerciais, geram retornos reais para a comunidade. Por sua vez, as poupanças populares incitam sentimentos de solidariedade por facilitarem a compreensão dos potenciais de uma rede colaborativa dos membros da comunidade onde os indivíduos investem suas economias no desenvolvimento da própria comunidade.

Em 1998, o Banco Palmas desenvolvia a experiência de poupança comunitária. Tínhamos R\$150,00 (cento e cinquenta reais de poupança) quando o Banco Central “nos visitou” e proibiu que continuássemos esta experiência. Nossos poupadores eram moradores que jamais teriam chance de abrir uma conta poupança em um banco comercial, considerando-se os valores irrisórios que depositavam (MELO NETO; MAGALHÃES, 2006, p.50).

Apesar dessa restrição, o Banco Central reconhece a importância dos Bancos Comunitários como instrumento eficaz de desenvolvimento local por meio da geração de renda e emprego.

Segundo Boletim Responsabilidade Social e Ambiental do Sistema Financeiro, publicado pelo Banco Central, em 2008, os Bancos Comunitários

(...) assumem um destacado papel de promotor do desenvolvimento local, do empoderamento e da organização comunitária ao articular – simultaneamente – produção, comercialização, financiamento e capacitação da comunidade local (MELO NETO, 2008, p.1).

Em novembro de 2009, no Fórum sobre Inclusão Financeira realizado em Salvador, o Banco Central fez uma autocrítica sobre o processo judicial movido em 1998 contra o Banco Palmas e reafirmou sua posição como parceiro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários para expansão dessas experiências e apoio a

circulação de Moedas sociais. No entanto, a prática do sistema de poupança popular ainda é proibida no Brasil (BANCO PALMAS, 2009).

Em estudo realizado pelo Banco Central, os autores destacam que as moedas sociais não apresentam ameaça ao sistema financeiro nacional. Afirmam também que “a emissão de moedas sociais no Brasil pode ser uma condição essencial para promover a redução das desigualdades sociais e regionais” (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2008, p.102).

No VII Seminário do Banco Central sobre Microfinanças, Marusa Freire, Coordenadora-Geral do Centro de Estudos Jurídicos da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil, apresentou o tema Economia Solidária e Moedas Sociais, Em toda sua fala tratou da importância da Moeda Social como vetor na criação de riquezas para a comunidade, apontando, inclusive, a necessidade de aumento dos níveis de circulação da Moeda Social e da capilaridade da mesma dentro da comunidade (FREIRE, 2008). Uma iniciativa nessa direção foi adotada em 2007, no estado do Ceará, quando foram feitas negociações entre a Secretaria de Ação Social de Fortaleza e o Banco Palmas para que o pagamento de parte da folha salarial mensal dos funcionários públicos fosse feita na Moeda Social local (SILVA JUNIOR, 2007).

Não resta dúvidas que estamos diante de uma questão pública, pois a moeda oficial que representa simbolicamente as possibilidades de acesso aos bens e serviços (econômicos e simbólicos) não está ‘disponível’ para todos os cidadãos e cidadãs (...) os bancos e os clubes realizam uma ação pública que visa tornar acessível a todos e a todas, os intercâmbios necessários para prover suas vidas através de uma moeda social complementar à oficial e não alternativa. (CENTRO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL, 2008, p.106).

No entanto, apesar de os Bancos Comunitários acreditarem que a aprovação do marco regulatório legitimará a utilização das moedas sociais, há muita dúvida e apreensão a esse respeito, principalmente quanto às restrições e burocratizações que isso pode gerar (CENTRO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL, 2008).

Freire (2008), por exemplo, destaca a visão do Banco Central sobre a necessidade de se implementar um sistema de informação que permita a integração com o sistema bancário oficial. Esta afirmação aponta o interesse do Estado em exercer controle sobre as moedas sociais, o que poderia resultar em aumento significativo da burocratização nos processos de controle na emissão e circulação das

Moedas Sociais. Alguns representantes de Bancos Comunitários também receiam que os Bancos Comerciais vejam na emissão de moedas sociais uma oportunidade de aumentarem seus lucros e cartela de clientes (CENTRO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL, 2008).

Assim, as parcerias devem ser cautelosas de forma a evitar que os Bancos Comunitários, como instrumentos de ação político- social coletivas, sejam utilizados para interesses individuais de acumulação de capital.

A imagem dos Bancos Comunitários nas comunidades, por trabalharem com a lógica mercantil e solidária, é frágil, e o envolvimento com instituições que não se preocupam com o impacto social de suas ações pode prejudicar seriamente a credibilidade da organização.

Outro ponto importante a se considerar na formação de parcerias é a garantia da autonomia e flexibilidade do Banco Comunitário na realização de suas ações e formatos gerenciais. Isso assegura que a participação popular nos processos decisórios do Banco aconteça de forma efetiva, garantindo que se mantenha o caráter popular e comunitário na gestão do Banco.

6. PRINCIPAIS DESAFIOS

A principal dificuldade dos Bancos Comunitários, apontada pela pesquisa realizada com 11 bancos de 7 estados brasileiros, ainda é a captação de recursos para financiamento das linhas de crédito e pagamento de todas as despesas operacionais (CENTRO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL, 2008). Além dos recursos serem insuficientes frente às necessidades e demandas do banco, geralmente apresentam condições restritivas na utilização do mesmo, como por exemplo, a proibição do uso do recurso para lastro da Moeda Social. Esta situação restringe a autonomia dos Bancos Comunitários quanto às formas de utilização do recurso e critérios de empréstimos, e pode resultar em relações de dependência com os bancos comerciais financiadores.

A insuficiência de recurso gera dificuldades relacionadas à gestão, uma vez que, as organizações não conseguem arcar com a remuneração e qualificação de funcionários e com investimentos em equipamentos e tecnologia.

Uma estratégia levantada para alcance da autonomia é o aumento do capital próprio por meio da participação ativa da comunidade e de doações, a fundo perdido, de parceiros e do governo.

Outro ponto de dificuldade se refere à gestão dos Bancos Comunitários. Apesar da obrigatoriedade da gestão comunitária do banco garantir o empoderamento da comunidade, geralmente, as pessoas envolvidas na instituição não estão preparadas, do ponto de vista técnico, para assumir determinadas funções.

Isso ainda é agravado pela pressão dos parceiros e apoiadores por maior profissionalismo na gestão dos Bancos Comunitários.

De certo modo, essa insistência pela profissionalização a qual a associação é impelida pelos agentes financiadores, constitui-se numa agressão, na maioria das vezes, ao ritmo de desenvolvimento e formação dos próprios membros da gestão, caminhando para uma perspectiva utilitária (É útil para a associação, pois ela consegue captar os recursos do parceiro para executar seus projetos, mas não é correto, pois acelera forçadamente, o tempo de amadurecimento das pessoas que fazem a gestão da associação). (SILVA JUNIOR, 2006b, p.9)

Outro gargalo no desenvolvimento dos Bancos Comunitários é a participação comunitária. Além dessas comunidades se caracterizarem por condições de alta vulnerabilidade social, tendem também a ser marcadas pela baixa inclusão social e

baixa participação cidadã. Muitas vezes, os próprios moradores desacreditam da capacidade de implantação de sistema financeiro alternativo pela organização comunitária local, apresentando resistência em apoiar as ações.

Isso se explica, em parte, porque a cultura do capitalismo, baseada em valores de individualismo, consumismo e competição, está arraigada e gera ambientes de desconfiança frente a propostas inovadoras no campo das Finanças Solidárias que por sua vez geram resistência por se tratar de organizações que trabalham com base em princípios tradicionalmente antagônicos, como a solidariedade e a geração de riquezas.

Silva Junior (2008) trata do conflito de valores dentro das organizações de Finanças Solidárias

(...) tais organizações da Economia Solidária convivem como parte de um campo contraditório no qual reside uma tensão entre duas dimensões: a Mercantil e a Solidária. (...) Por um lado (o da dimensão mercantil), deparamos com um grupo de aspectos que se encontra nas atividades de busca do lucro, através de relações de compra e venda, baseadas nas regras de mercado, na valorização do princípio da competição, na necessidade de burocratização da organização, e no uso da racionalidade utilitária. Por outro lado (o da dimensão solidária), observamos um conjunto de fatores que se denotam através da promoção das relações de proximidade e vizinhança na comunidade, da busca pelos interesses sociais e coletivos acima dos interesses lucrativos individuais, da promoção da cultura da cooperação; do fortalecimento das relações informais como elemento principal das organizações, e do uso da racionalidade substantiva (SILVA JUNIOR, 2006b, p.2).

Passos (2008) debate a dificuldade dos Bancos Comunitários em atuar tanto na lógica mercantil como capitalista, partindo da análise da experiência do Banco Palmas.

Passos (2008) relata que, na década de 90, a ASMOCONP que até então desenvolvia ações voltadas às reivindicações por demandas coletivas da comunidade, passa a assumir a gestão de um Banco Comunitário e a trabalhar atendendo demandas individuais por crédito e outros serviços. A partir dessa mudança de foco, as pessoas deixaram de atuar apenas como cidadãos e passaram a ser também potenciais clientes.

Essa mudança na atuação da organização implica em severas transformações na estrutura e atuação da organização comunitária que passa a demandar pessoas com formações específicas para assumirem as funções de gestão e técnicas. Nesse

processo, líderes comunitários que sempre tiveram envolvidos nos movimentos de reivindicações político-sociais da organização - por não possuírem formação - deixam de se sentir úteis para a organização e acabam por se afastar.

No Banco Palmas, por exemplo, isso ficou evidente com a redução drástica da presença da comunidade nas assembleias, tendo sido registrado a participação de menos de 10% dos sócios nas últimas assembleias registradas (SILVA JUNIOR, 2006b).

(...) na luta pela melhoria urbana todos participavam e todos sabiam o que fazer – na manifestação, na passeata, na assembleia. (...) a gestão do viés econômico evidencia a chegada de uma dimensão de ação diferente – uma perspectiva mais burocrática e mercantil – da que era conduzida pela ASMOCOMP até então – uma dimensão de ação mais solidária. (SILVA JUNIOR, 2006b, p.7).

A tensão entre a lógica mercantil e solidária também se faz presente nas atividades de fomento aos empreendimentos locais. Apesar de ser uma forma de fomento ao desenvolvimento social por meio do aumento da renda e consumo locais, incita valores mercantis de exploração da finalidade lucrativa, livre iniciativa e crescimento financeiro (SILVA JUNIOR, 2006b), que devem ser trabalhados com cautela para que isso não contribua, indiretamente, para o fomento à competição e à desigualdade social.

O fato das ações dos Bancos Comunitários serem permeadas pela lógica mercantil e solidária exige constante investimento em formação para que a comunidade compreenda a proposta desse novo modelo econômico e seja possível uma mudança de consciência coletiva. É preciso grande esforço para se alcançar mobilização social e conscientização política, de forma que a comunidade passe a se envolver ativamente no processo de implementação desse novo modelo econômico, por meio das ações do Banco Comunitário local.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um novo cenário econômico está sendo montado, com possibilidade real de redução das desigualdades sociais em pequenos territórios. Desde a década de 90, os movimentos sociais passam a tratar a democratização não apenas no campo social, mas no campo econômico, se intensificando o surgimento e a atuação de organizações de Finanças Solidárias.

É neste contexto que as experiências de Bancos Comunitários têm sido crescentemente disseminadas pelo Brasil, como uma inovadora tecnologia social, que tem como proposta a reestruturação da economia local, por meio de uma mudança de paradigma que envolve a inclusão de valores de solidariedade e cooperação nas relações econômicas.

Apesar de recém-fundados, os Bancos Comunitários já relatam diversas conquistas na ampliação da utilização da moeda social, melhoria na economia local, percebida na ampliação da oferta de trabalho na comunidade, e avanços na participação comunitária e no aumento da conscientização política da população (CENTRO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL, 2008).

Atualmente, também já podem ser vistos grandes avanços no reconhecimento do importante papel social dos Bancos Comunitários. Esse aumento na visibilidade dos bancos resulta em maior envolvimento comunitário e aporte de novas parcerias.

No entanto, é importante manter uma posição crítica em relação às oportunidades de parceria, pois por se tratar de uma organização que trabalha pautada em princípios tanto solidários como mercantis, pode ser utilizada por organizações capitalistas de forma a contribuir para o crescimento do seu lucro, em nome de uma parceria que propõe a melhoria do acesso e qualidade de vida da comunidade.

Os acordos com Bancos Comerciais, tanto privados como públicos, devem ser vistos com ressalvas, especialmente no que se refere a empréstimos para composição de fundo de crédito. Neste caso, o termo “parceria” deve ser usado com ressalvas, uma vez que consiste em uma relação de credor-devedor, que pode resultar em situação de dependência e prejuízos financeiros e sociais para a comunidade.

Da mesma forma, a aprovação do marco regulatório deve ser acompanhada de perto pela sociedade civil e Bancos Comunitários, de forma a garantir a legitimação e aumento da autonomia dos Bancos, permitindo a exploração de seu potencial social,

ao invés de limitar sua atuação por meio de exigências burocráticas e criação de controles rígidos.

Os Bancos Comunitários possuem alto potencial de transformação social, uma vez que, propõem o desenvolvimento de um sistema financeiro alternativo que tem como princípio a solução de problemas sociais e ambientais, ao invés de ser orientado pelo lucro como o sistema capitalista.

Essa proposta, no entanto, é audaciosa e pretende construir as bases de uma sociedade mais justa, onde todos tenham acesso a bens sociais e econômicos, reais e simbólicos.

Pela complexidade desses objetivos, é importante compreender que muitos resultados só serão percebidos no longo prazo, inclusive porque essas transformações devem ser geradas pela ação de comunidades que têm seu próprio ritmo e especificidades.

O respeito às características e formas de atuação de cada comunidade possibilita a criação de ambiente para que transformações culturais aconteçam, frutos de uma mudança de consciência profunda, tornando possível a ruptura com esse regime de mercado supostamente autorregulado.

Para que isso seja possível, é essencial o investimento em formação dos moradores da comunidade, tanto para capacitar pessoas da comunidade para assumirem as funções do Banco, como no sentido de conscientizar sobre a importância da participação de todos na criação de um novo modelo econômico solidário.

Assim, além de serem importantes instrumentos para a promoção do desenvolvimento econômico do território em que estão inseridos, os Bancos Comunitários trabalham numa perspectiva de inclusão social e emancipação cidadã, devendo ser considerados no desenho das políticas públicas sociais no Brasil, como importantes agentes na redução das desigualdades sociais e econômicas.

REFERÊNCIAS

- ADITAL: Notícias da América Latina e Caribe. **Banco Verde Vida investe em consciência ambiental**. Disponível em: <<http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=pt&cod=33299>>. Acesso em: 15 mai. 2011.
- AGENCIA ESTADO. **Governo estuda mudanças no microcrédito**. Disponível em: <<http://fopemimpe.blogspot.com/2011/05/governo-estuda-mudancas-no-microcredito.html>>. Acesso em: 01 jun. 2011.
- BANCO PALMAS. **Carta a Rede de Bancos Comunitários**. Disponível em: <<http://www.bancopalmas.org.br/oktiva.net/1235/nota/158056>>. Acesso em: 02 mai. 2011.
- BANCO PALMAS. **Rede de Bancos Comunitários**. Disponível em: <<http://www.bancopalmas.org.br/oktiva.net/1235/secao/9963>>. Acesso em: 15 jan. 2011.
- BRASIL AUTOGESTIONÁRIO. **Inauguração do Banco Comunitário da Zona Leste de São Leopoldo/RS**. Disponível em: <<http://www.brasilautogestionario.org/bancos-comunitarios/inauguracao-do-banco-comunitario-da-zona-oeste-de-sao-leopoldors/>>. Acesso em: 15 mai. 2011.
- CENTRO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL. **Sondagem das experiências de moedas alternativas em curso no Brasil, 2008**.
- COHN, Amélia. **Programas de transferência de renda e a questão social no Brasil**, Seminário Especial – Mini-Fórum em homenagem aos 40 anos do Ipea, Rio de Janeiro, setembro de 2004.
- FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Banco Sol será inaugurado na cidade Cariacica (ES)**. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=3939>. Acesso em: 17 nov. 2008.
- FORUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Posicionamento das entidades e Bancos Comunitários reunidos em Vitória**. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=5944&Itemid=62>. Acesso em: 11 abr. 2011.
- FRANÇA FILHO, Genauto. **Os desafios e as perspectivas dos bancos comunitários e da ecosol**. Disponível em: <<http://www.brasilautogestionario.org/bancos-comunitarios/os-desafios-e-as-perspectivas-dos-bancos-comunitarios-e-da-economia-solidaria-por-genauto-de-franca-filho-no-ihu/>>. Acesso em: 15 jan. 2011.

FREIRE, Marusa Vasconcelos. **Moedas Sociais**: O que são, como funcionam e por que podem ser consideradas instrumentos de desenvolvimento local - aspectos relevantes. In: VII SEMINÁRIO DO BANCO CENTRAL SOBRE MICROFINANÇAS, 2008, Belo Horizonte. Centro de Estudos Jurídicos da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil. Disponível em:

<http://www.bcb.gov.br/pre/microFinancas/arquivos/evento/resumo_23.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2011.

GUIMARÃES, Alexandre Queiroz. **Desenvolvimento, emprego e renda**: políticas públicas, economia solidária e o papel do desenvolvimento local. N: IV Encontro de Economia Bahiana, 2008.

JORNAL FAROL COMUNITÁRIO. **Uruana de Minas inaugura 2º banco comunitário do Vale do Urucuia**. 23 de jun. 2009. Disponível em: <<http://triangulo-minas.blogspot.com/2009/07/uruana-de-minas-inaugura-2-banco.html>>. Acesso em: 15 mar. 2011.

MELO NETO, João Joaquim; MAGALHÃES, Sandra (Org.). **O poder do circulante local**: A moeda social no Conjunto Palmeiras. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2005.

MELO NETO, João Joaquim; MAGALHÃES, Sandra (Org.). **Bancos Comunitários de Desenvolvimento**: Uma Rede sob Controle da Comunidade. Fortaleza, 2006.

MELO NETO, João Joaquim; MAGALHÃES, Sandra (Org.). **Bairros pobres – ricas soluções**: Banco Palmas ponto a ponto. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2008a.

MELO NETO, João Joaquim. **Banco Palmas**: um caminho. Boletim Responsabilidade Social e Ambiental do Sistema Financeiro, ano 3, nº29, abr. 2008b. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/boletimrsa/BOLRSA200804.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2011

MELO NETO, João Joaquim. **Carta à rede de Bancos Comunitários**. 24 de nov. 2009a. Disponível em: <http://www.bancopalmas.org.br/oktiva.nct/1235/nota/158056>. Acesso em: 25 mar. 2011.

MELO NETO, João Joaquim. **Bancos Comunitários**. 04 de jan. 2009b. Disponível em: <http://diplomatieque.uol.com.br/artigo.php?id=430&PHPSESSID=18ca6c819b72e23990066e79e31931bc>>. Acesso em: 25 mar. 2011.

MELO NETO, João Joaquim; MAGALHÃES, Sandra. **Bancos Comunitários**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2009c. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/boletim_mercado_de_trabalho/mt41/10_Eco_Bancos.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2011.

MELO NETO, João Joaquim. I Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira, 2009d. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/evento/resumoEvento.asp?evento=61&data=2009_11_61>. Acesso em: 25 mar. 2011.

MELO NETO, João Joaquim. **Bancos Comunitários**: entrevista com João Joaquim de Melo Neto Segundo, Coordenador Geral do Banco Comunitário de Palmas. Resenha de: NETO, Diogo. Instituto Ressoar. Disponível em: <http://www.ressoar.org.br/dicas_sustentabilidade_bancos_comunitarios_entrevista.asp>. Acesso em: 15 mai. 2011.

MENDONÇA, Antônio Haroldo Pinheiro. **Bancos Comunitários e Fundos Solidários**. In: VII SEMINÁRIO DO BANCO CENTRAL SOBRE MICROFINANÇAS, 2008, Belo Horizonte. Secretaria de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/microFinancas/arquivos/evento/resumo_23.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2011.

PAULA, Ana Paula Paes; BARRETO, Raquel de Oliveira. **Teoria crítica e economia solidária**: um estudo acerca da dificuldade de inserção dos indivíduos na lógica cooperativista. CADERNOS EBAPE. BR, v.7, no 2, artigo 2, Rio de Janeiro, RJ; 2009.

PASSOS, Ósia Alexandrina Vasconcelos Duran. **Explorando novas práticas organizacionais em economia solidária**: Conceito e Características dos Bancos Comunitários. In: V ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS DA ANPAD, 2008, Belo Horizonte.

PRADO, Naná. **Moeda social aumenta trabalho e renda na comunidade**. INSTITUTO AKATU. 16 de ago. 2011. Disponível em: <<http://mercadoetico.terra.com.br/arquivo/moeda-social-aumenta-trabalho-e-renda-na-comunidade/>>. Acesso em: 01 jun. 2011.

QUEIROZ, Camila. **Seminário levanta debate sobre importância de bancos comunitários na região amazônica**, Adital, 17 de fev. 2011. Disponível em: <<http://programaeconomiasolidaria.blogspot.com/2011/02/seminario-levanta-debate-sobre.html>>. Acesso em 01 jun. 2011.

SILVA, Djalma Gouveia. **3 perguntas para Djalma Gouveia da Silva**. Instituto Ressoar. Disponível em: <http://www.ressoar.org.br/dicas_3_perguntas_para_djalma_gouveia.asp>. Acesso em: 15 mai. 2011.

SILVA, Diogo. **Bancos Comunitários**. Instituto Ressoar. Disponível em: http://www.ressoar.org.br/dicas_sustentabilidade_bancos_comunitarios.asp. Acesso em: 15 mai. 2011.

SILVA JUNIOR, Jeová Torres. **As experiências de Bancos Comunitários como Ação de Finanças Solidárias para o Desenvolvimento Territorial**. In XI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE PODER LOCAL, 2006a, Salvador.

SILVA JUNIOR, Jeová Torres. **O Desafio da Gestão de Empreendimentos da Economia Solidária**: as tensões entre as dimensões mercantil e solidária na ASMOCONP / Banco Palmas - CE. In 30º ENCONTRO DA ANPAD, 2006b, Salvador.

SILVA JUNIOR, Jeová Torres. **Bancos Comunitários e Desenvolvimento Territorial**: Analisando as Singularidades destas Experiências de Microfinanças Solidárias. In VI CONFERENCIA REGIONAL DE ISTR PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE, 2007, Salvador.

USHIZIMA, Larissa Yuri. **Acesso ao Sistema Financeiro**: alternativas à exclusão: O caso dos Bancos Populares, 2008.